

## Quais São as Obras que não Salvam?

Johan Konings

No texto provisório da “Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação” (versão de Würzburg 07-06-1996) aparece, no fim do par. 11, a citação de Ef 2.8-9: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras...”. A citação é indevidamente truncada; a frase deveria continuar: “... para que ninguém se glorie”.

Na megametáfora que abrange dialeticamente a justificação pela graça de Deus e o julgamento segundo as obras, inclusive as ocultas (Rm 2.16), o estar na graça de Deus (o ser declarado e feito justo) provém da iniciativa gratuita de Deus, do “Deus que age”, a iniciar pela criação e, decisivamente, pela “obra de justiça” (Rm 5.18) realizada por Jesus Cristo dando sua vida por nós “enquanto éramos inimigos” (Rm 5.10); e também pelo Espírito que ressuscitou Jesus dentre os mortos e capacita os justificados para “caminhar” (= agir) numa vida nova (Rm 6.4). Em Gl 5 vemos que esta vida nova é a vida da fé que atua no amor (5.6) e produz o fruto do Espírito (5.22-25). No “fruto do Espírito”, a fé mostra seu rosto pessoal, provavelmente aquilo que Tiago quer expressar quando diz que a fé sem obras é um corpo sem espírito, um cadáver (Tg 2.26). O justificado pela graça terá o rosto das ações produzidas no Espírito. São as “boas obras que Deus de antemão preparou para que nelas caminhemos” (Ef 2.10), resgatando assim nossa dívida que já não é com a carne, mas com o Espírito que nos confere a dignidade de filhos e herdeiros (Rm 8.12-17; cf. Ef 1.5,14).

Concretamente, para Paulo e seus leitores, isso significa “o fim da Lei” como critério de justificação diante de Deus (Rm 10.4). A Lei, que também é dádiva da graça de Deus e serviu de critério de justificação para o israelita piedoso (cf. Rm 2.13), já não serve depois que o Cristo foi morto como um condenado pela Lei (Gl 3.13) e estabelecido no Senhorio de Deus (Fl 2.9-11). Pois a salvação, como renovação da criação, contemplada a partir de Adão, se destina a judeus e gentios.

A Carta aos Romanos espelha de modo monumental a experiência e reflexão de Paulo, que se reconheceu em amizade com Deus, reconciliado e justificado, por mera graça, graça manifestada no encontro com Aquele que foi condenado pela Lei. Não se pense, porém, que a Lei é ruim. Paulo lhe tece elogios, ainda que moderados. Todavia, ela está superada na nova perspectiva da salvação universal de judeus e gentios, perspectiva aprofundada na Carta aos Efésios. A Lei em si não é má, mas, no caso concreto da experiência de Paulo, ela virou impotente,

porque sobreveio a realização escatológica, definitiva e universal, daquilo que a Lei preparou. Continuar a apoiar-se nas “obras da Lei” (Rm 3.20) para ser justificado diante de Deus, ainda que elas estejam gravadas até no coração dos gentios (Rm 2.15), seria auto-suficiência, desobediência à fé em Jesus Cristo. Seria, em uma palavra, vanglória, *káuchesis*. Seria querer saber melhor que Deus qual é seu desígnio salvífico!

É isto que também Ef 2.9 condena. Universalizando o pensamento paulino, Efésios mostra que a impotência que Paulo descobre na Lei é *um caso paradigmático*. As obras incapazes de justificar não se limitam à Lei mosaica. Todas as obras que fizemos para que nelas nos gloriemos, exibidas como título ou reivindicação de justificação no tribunal em que Deus é ao mesmo tempo desafiado e juiz, são *káuchema*, vanglória.

O judaísmo, conforme Paulo, gloria-se em Deus com base na Lei, mas isso se mostra insustentável, e por isso não convém gloriar-se na Lei (Rm 2.17-22). Só podemos nos gloriar em Cristo e em Deus (1 Co 1.31), porque só em Cristo somos capazes de caminhar na vida nova.

Podemos dizer que a fórmula “justificados pela fé e não pelas obras” é uma *Kurzformel*, uma abreviatura que não convém usar num documento que exige maior exatidão. Aliás, a justificação vem em primeiro lugar pela graça de Deus, e depois pela obediência da fé. E o que a esta se contrapõe, intrinsecamente, não são as obras como tais, mas a não-fé, a auto-suficiência, a *káuchesis* da carne.

A justificação é um processo decisivamente selado pela iniciativa da graça de Deus na obra de justiça (justificadora) que é a morte de Cristo; mas ela deve ser assimilada na “obra da fé” e na encarnação da fé em obras que a mesma graça de Deus nos preparou. Tais obras, fé atuante no amor, fruto do Espírito, etc. fazem parte do processo que percorremos desde a nossa justificação pela ação graciosa de Deus na morte do Cristo até o julgamento de nossas obras atestado por todo o Novo Testamento.

São, ao contrário, *impertinentes* a este processo de justificação as obras nas quais procuramos a *káuchesis*, a autoglorificação, a reivindicação auto-suficiente de nossa justiça diante de Deus.

No contexto contemplado por Paulo, tais obras não-salvadoras eram, em primeiro lugar, a reivindicação da justiça com base na Lei mosaica. Já no tempo de Lutero, as obras da *káuchesis* eram representadas pelas “boas obras” supostamente “meritórias”, como sejam ganhar indulgências e praticar a caridade para ter um saldo positivo na conta bancária do céu (“Deus te pague”...).

Convém agora perguntarmos que obras representariam, hoje, esse “gloriar-se na carne” impertinente à salvação. Seria a confiança em algum sistema religioso de hoje? Ou a piedade às avessas do publicano conforme a releitura de Kierkegaard: “Eu te agradeço, Deus, porque não sou como as demais pessoas, vaidosas e orgulhosas, nem como aquele fariseu lá na frente” (cf. Lc 18.11). Ou

seria talvez a ambição da felicidade oferecida pelo mercado mundial e vendida, inclusive, em embalagem religiosa?

Concluimos, pois, que não é de qualquer obra que se deve dizer que não pertence à justificação como processo “da fé para a fé” (Rm 1,17). Ainda que as obras em geral não precedam com força meritória a iniciativa da graça de Deus, as obras feitas em Cristo acompanham a graça justificadora como sua encarnação em nossa “novidade de vida” até o processo da justificação completar-se definitivamente. Mas as obras da *káuchesis* são intrinsecamente incompatíveis com a justificação pela graça acatada na fé ainda que exteriormente se pareçam com o fruto do Espírito. Nem mesmo se entregasse meu corpo em escravidão, movido por *káuchesis* e sem amor, eu estaria fazendo algo valioso (1 Co 13.3, conforme a lição de Nestle-Aland, 26<sup>a</sup>/27<sup>a</sup> ed. do *Greek New Testament*). Portanto, será bom completar a citação de Ef 2.9: “Isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie.”

Johan Konings  
Caixa Postal 5047  
31611-970 Belo Horizonte — MG  
Tel.: (031) 499-1618  
Fax: (031) 499-1611